

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição, sob demanda, de ÁGUA MINERAL com bebedouros em regime de comodato, para atender as necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Hospital Municipal Raul Sertã; Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro; Subsecretaria de Atenção Básica; Estratégia de Saúde da Família; Fundo Municipal de Saúde; Programa Melhor em Casa; Subsecretaria de Vigilância em Saúde; Gerência de Saúde Mental (Caps III, Caps AD e Caps i); CEREST;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Via Registro de Preço nos termos da Lei nº14.133/21
1.4	Período:	01 (um) ano a contar da assinatura da ATA de Registro de Preço.
1.5	Tipo:	Menor preço unitário nos termos da Lei 14.133/21.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1 Aquisição de água mineral com bebedouros em regime de comodato, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
01	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL potável, sem gás, acondicionada em garrafão de propriedade da empresa fornecedora, fabricado em embalagem PP - (Polipropileno), retornável, resistente a impacto e com capacidade para 20 litros, devidamente higienizado, acoplável aos bebedouros elétricos.	GARRAFÕES	26.016

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 30.999/2023.

2.4 O prazo de vigência é de 01 (um) ano contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade constante de um insumo utilizado frequentemente dentro das Unidades de Saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

3.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2 A presente proposição para aquisição de água mineral para atender ao consumo dos servidores, colaboradores e usuários do SUS, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

3.3 Tal aquisição suprirá a demanda do município de Nova Friburgo pelo período de 01 ano e se dará pelo Sistema de Registro de Preços.

3.5. A presente aquisição possui o fito de auxiliar no devido abastecimento das Unidades de Saúde, contribuindo, desta feita, com a oferta de condições mínimas necessárias para o bom e regular funcionamento destas Unidades.

3.6. O quantitativo dos materiais indicados no presente feito visa suprir a demanda das Unidades pelo período de 01 (um) ano e se dará através do sistema de registro de preços. Importante observar, que o quantitativo total apresentado pelas Unidades Requisitantes concerne a uma estimativa de consumo, trata-se de um número variável e não absoluto. É certo que o sistema de registro de preços não vincula a obrigatoriedade do esgotamento da Ata registrada, mas tão somente a solicitação do quantitativo necessário e conveniente ao Requisitante, não havendo nesse sentido quaisquer prejuízos à Administração.

3.7. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pelas equipes técnicas das Unidades Requisitantes, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas em seus anexos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os produtos deverão atender às especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência;

4.2 Não serão aceitos, em hipótese alguma, garrações velhos, sujos, amassados, opacos, arranhados ou com outro defeito que prejudique a qualidade e visibilidade da água fornecida;

4.3 Não serão aceitas águas minerais potáveis de mesa ou águas minerais purificadas, adicionadas de soluções salinas artificiais, uma vez que não preenchem os requisitos legais para se enquadrarem na classificação de minerais;

4.4 Os garrações deverão ser envasados, no máximo, 05 dias antes da entrega no local indicado;

4.5 Os produtos deverão ter prazo de validade mínimo de 03 meses, a partir da data de envasamento;

4.6 A empresa Contratada deverá disponibilizar **sem custos para a Contratante 165 (cento e sessenta e cinco) bebedouros elétricos em regime de comodato,** distribuída entre as unidades deste Termo de Referência.

4.7 Os bebedouros elétricos deverão possuir as seguintes especificações:

4.8 Bebedouro elétrico, para garração de 20 litros, com duas torneiras, sendo uma para água gelada e outra para água na temperatura ambiente.

4.8.1. Os gabinetes dos bebedouros deverão ser confeccionados em aço carbono, com pintura epóxi a pó, com tampo superior e frontal em poliestireno de alto impacto ou em aço carbono pintado.

4.8.2 Deverão possuir ainda reservatório de água com serpentina externa, com compressor que utilize gás refrigerante ecológico livre de CFC, termostato regulável, certificado pelo Inmetro, cor predominantemente branco, tensão de 200 V, bem como as seguintes dimensões **aproximadas** (LxAxP) 31 cm x 97 cm x 32 cm.

4.8.3 A manutenção preventiva e corretiva dos bebedouros em comodato é de inteira responsabilidade da Contratada.

4.8.4 Em caso de eventual necessidade de manutenção corretiva, a Contratada deverá efetuar a substituição do equipamento por outro que atenda às especificações, no prazo máximo de 24h, a

contar da solicitação realizada pela Contratante, a fim de não interromper o abastecimento de água até que se conclua o reparo.

4.9 Atender às solicitações nos prazos estipulados.

4.10 Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitantes.

4.11 Entregar o material no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos horários e locais estabelecidos neste Termo de Referência.

4.12 Substituir, no prazo máximo de até 3 (três) dias, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo.

4.13 Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.

4.14 Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência.

4.15 Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência.

4.16 Cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.

4.17 Sustentabilidade:

4.17.1.1 Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.17.1.1.1 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.17.1.1.2 Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.17.1.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.17.1.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.18 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.19 Da garantia exigida e ofertada

4.19.1 A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

4.19.2 Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

4.19.3 Não se aplica a solicitação de garantia estendida para o objeto em tela.

5 EXECUÇÃO CONTRATUAL.

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes.

5.2 Estimativa de consumo de locais de entrega:

5.2.1 As Unidades da Rede Municipal de Saúde que serão contempladas por tal aquisição serão arroladas na tabela abaixo:

CAPS	CEREST	VIGILÂNCIA	VIG. – FISC SANITÁRIA	HMNF	MELHOR EM CASA	HMRS	ESF	FMS	BÁSICA	TOTAL
1.159	48	120	120	3.900	72	16.128	1.375	1.000	2.094	26.016

5.2.2 Os locais de entrega estão dispostos na tabela abaixo:

UNIDADES REQUISITANTES	QUANTIDADE DE BEBEDOUROS	ENDEREÇO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ADM)	05	Av. Alberto Braune, 224, sl. 221, Centro, Nova Friburgo/RJ.
HOSPITAL RAUL SERTÃ	60	R. General Osório, 324, Centro, Nova Friburgo/RJ.
HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO	13	Travessa, Av. Antônio Fernandes Moreira, nº 12 - Centro, Nova Friburgo/RJ.
MELHOR EM CASA	01	Av. Alberto Braune, 224, sl. 221, Centro, Nova Friburgo/RJ.
CEREST	02	Rua Souza Cardoso, nº. 62, Centro, Nova Friburgo/RJ.
VIGILÂNCIA	02	Rua Augusto Cardoso, nº. 62, Centro, Nova Friburgo/RJ.
DIV. DE VIG. FISC. SANITÁRIA	02	Av. Euterpe Friburguense, 93, Centro, Nova Friburgo/RJ.
ATENÇÃO B.	01	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ
ESF	02	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ.
UBS CORDOEIRA	03	R. Darcília dos Santos, s/n, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ.

UBS SÃO GERALDO	03	R. Antônio Augusto Reis Jr., s/n, São Geraldo, Nova Friburgo/RJ.
TUNNEY KASSUGA	05	R. Vicente Sobrinho, s/n, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
POSTO DE SAÚDE WALDIR COSTA	05	R. Pedro Knust, 184, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ.
POLICLÍNICA SYLVIO HENRQUE BRAUNE	06	R. Plínio Casado, s/n, Suspiro, Nova Friburgo/RJ.
ESF AMPARO	02	R. Rivail Gripp, 75, Amparo, Nova Friburgo/RJ.
ESF CAMPO DO COELHO	02	Rua Jones Mendes Muniz, Campo do Coelho, Nova Friburgo/RJ.
ESF CENTENÁRIO	02	Rua João Cabral Sobrinho, s/n, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
ESF CONQUISTA	02	Estrada albino de Sá Martins, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
ESF CORDOEIRA (ANEXO)	02	R. Darcília dos Santos s/n, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ.
ESF LUMIAR (SAMU)	02	R. Guilherme Eugênio Spitz, s/n, Lumiar, Nova Friburgo/RJ.
ESF MURY	02	Av. Hamburgo (em frente ao n.º 1003), Mury, Nova Friburgo/RJ.
ESF NOVA SUIÇA	02	Rua Moises Moraes Filho, Nova Suíça, Nova Friburgo/RJ.
ESF OLARIA I	02	Rua Xingu, 02, Alto de Olaria, Nova Friburgo/RJ.
ESF OLARIA II	02	Rua Espírito Santo, 09, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
ESF OLARIA III	02	R. Augusto Nicolau Rodrigues, 59, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
ESF RIO BONITO	02	Rio Bonito de Lumiar – 5º Distrito
ESF RIOGRANDINA	02	Praça N. Srª. do Rosário, s/n, Riograndina, Nova Friburgo/RJ.

ESF SÃO LOURENÇO	02	Estrada São Lourenço, s/n, Conquista, Nova Friburgo/RJ.
ESF SÃO PEDRO DA SERRA	02	R. Rodrigues Alves, s/n, São Pedro da Serra, Nova Friburgo/RJ.
ESF STUCKY	02	Estrada do Stucky, s/n, Stucky, Nova Friburgo/RJ.
ESF VARGEM ALTA	02	Estrada João Heringer, s/n, Vargem Alta, Nova Friburgo/RJ.
ESF VARGINHA	02	Rua Francisco Lopes, 178, Varginha, Nova Friburgo/RJ.
São Geraldo (Anexo)	02	R. Antônio Augusto Reis Jr., s/n, São Geraldo, Nova Friburgo/RJ.
SUB POSTO DE SALINAS	02	Estrada de Salinas-Sítio Quatro irmãos-Centenário.
SUB POSTO DE BOA ESPERANÇA	02	Estrada Boa Esperança – Lumiar.
CAPS III	03	Rua Padre Roberto Sabóia de Medeiros, 24B – Centro – Nova Friburgo/RJ.
CAPS AD	04	Av. Comte Bittencourt nº142, Centro, Nova Friburgo/RJ.
CAPS i	02	Av. Julio Antônio Thurler nº431, Olaria, Nova Friburgo/RJ.
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA 01	1	Rua São Roque, nº240 – Olaria – Nova Friburgo/RJ.
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA 02	1	Rua Sinder, nº75 – Chácara do Paraíso – Nova Friburgo/RJ.
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA 03	1	Rua Lair Rocha Turque, nº71 – Chácara do Paraíso – Nova Friburgo/RJ.
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA 04	1	Rua Hormindo da Silva, nº202 – Lagoinha – Nova Friburgo/RJ.
TOTAL:	165	

- *Horários: Segunda a Sexta, das 09h:00 às 16h:00, respeitando o horário de almoço entre 12h:00 às 13h:00;*

5.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6 GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

NOME	MATRÍCULA	GESTOR
Higor de Barros Pinto	063.344	Gestor Titular
Gilmara Guimarães de Souza	063.343	Gestora Substituta
UNIDADE	AGENTE PÚBLICO	
ATENÇÃO BÁSICA	Lucimar Figueira Ribeiro - 207.764 – Superior Imediato	
	Patrícia Soares Carvalho – 299.080 - Fiscal Titular	
	Roberta da Conceição dos Santos – 117.089 – Fiscal Substituto	
ESTRATÉGIA EM SAÚDE DA FAMÍLIA	Lucimar Figueira Ribeiro - 207.764 – Superior Imediato	
	Karla Herdy Almeida – 299.089 – Fiscal Titular	
	Mariza Dias Siqueira – 299.362 - Fiscal Substituto	
HMRS	Antônio Carlos Sant'Ana – 207.630 – Superior Imediato	
	Leopoldina Fátima A. Reis – 201.836 - Fiscal Titular	
	Eliana da Silva Gomes Curty – 062.435 – Fiscal Substituto	

MELHOR EM CASA	Lucimar Figueira Ribeiro – 207.764 – Superior Imediato
	Pâmella Freiman de Almeida – 113.014 – Fiscal Titular
	Ana Carolina Folly Pinheiro – 115.226 – Fiscal Substituto
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ADM)	Fernanda Neves da Veiga Pacheco – 062.810 – Superior Imediato
	Marlene Claudio de Oliveira – 034.967 – Fiscal Titular
	Jaqueline Pinto Correa – 177.124 – Fiscal Substituto
HMNF	Adriane de Jesus Schenquel – 299.287 – Superior Imediato
	Marcos Alexandre da Silva Cruz – 115.027 – Fiscal Titular
	Alessandro Trigo de Aquino – 2115050 – Fiscal Substituto
SUB. VIG. EM SAÚDE	Alícia Siqueira Emerich – 063.219 – Superior Imediato
	Bruna dos Reis Ribeiro – 063.220 – Fiscal Titular
	Maria Aparecida Paulina da Silva – 299.088 – Fiscal Substituto
VIG. EM SAÚDE (DIVISÃO DE VIG. E FISC. SANITÁRIA)	Humberto Rodrigues Delegave Moura – 207.854 – Superior Imediato
	Ernani Monteiro Vianna da Silva – 299.083 – Fiscal Titular
	Pierre Gripp Barra – 299.503 – Fiscal Substituto
CEREST	Carolina Gonçalves Camilo da Silva – 111.235 – Superior Imediato
	André Luiz Faria Vieira – 207.016 – Fiscal Titular
	Luiz Carlos Frez Pinheiro – 207.604 – Fiscal Substituto
GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL	Sândia Mello Tozato – 299.441 – Superior Imediato
	Ana Cristina Faria de Jesus – 062.812 – Fiscal Titular
	Flavia Pinheiro Teixeira – 111.375 – Fiscal Substituto
CAPS I	Juliana Rezende da Costa – 063.311 – Superior Imediato
	Carolina Gianfaldoni Viana – 115.186 – Fiscal Titular
	Luma Pacheco Guimarães – 111.784 – Fiscal Substituto

CAPS III	Sandia M. Tozato – 299.441 – Superior Imediato
	Luciana Rodrigues de O. Ângelo – 062.194 – Fiscal Titular
	Andrick de Azevedo Risso – 062.665 – Fiscal Substituto
CAPS AD	Cláudia Pietrobon de A. Mafra – 299.138 – Superior Imediato
	Erick Daudt – 115.142 – Fiscal Titular
	Barbara Salotto Marchetti – 115.218 – Fiscal Substituto
RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS	Camila da Motta Moreira Estanislau – 195.078 - Superior Imediato
	Fátima da Conceição Coimbra Lopes – 195.038 - Fiscal Titular
	Priscila Ferreira Gama de Moraes – 117.228 - Fiscal Substituto

6.1.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.4.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.6 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.7 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR.

7.1 O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.5 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

7.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.3 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

7.8 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.11 - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

7.12 - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como

produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.13 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Qualificação Econômico-Financeira

7.14 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.15 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.15.1 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

7.15.1.1 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

7.15.2 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

7.16 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

7.17 Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Qualificação Técnica

7.18 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.19 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

7.19.1 As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

7.19.2 Parcela de maior relevância: ÁGUA MINERAL NATURAL potável, sem gás, acondicionada em garrafão de propriedade da empresa fornecedora, fabricado em embalagem PP - (Polipropileno), retornável, resistente a impacto e com capacidade para 20 litros, devidamente higienizado, acoplável aos bebedouros elétricos (pelo menos 13.008 garrafões e 83 bebedouros elétricos).

7.19.3 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.19.4 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

7.20 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.21 Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa.

7.21.1 - Caso a licitante seja distribuidora ou revendedora, deverá apresentar também o Alvará da Vigilância Sanitária Municipal.

7.22 Certificado de análise bacteriológica de água, dentro do prazo de validade, em conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 274/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

7.23 - Resultado da mais recente análise química periódica realizada dentro dos últimos três anos, de acordo com o art. 27 do Decreto lei 7.841/45 (Código de Águas minerais), acompanhado do laudo técnico que comprove a qualidade mineral do produto cotado, referente a fonte de que provirá.

7.24 - Rótulo padrão com aprovação do DNMP, em conformidade com o que estabelece o art. 29 do Decreto-lei 7.841/45 (Código de Águas Minerais) e portaria 470/99 da DNNPM, que bem identifique o produto ofertado e sua fonte de extração.

7.24.1 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

8.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

GESTÃO/UNIDADE:	PROGRAMA DE TRABALHO:	FONTE DE RECURSOS:	ELEMENTO DE DESPESA
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA	30001.103010083.2.193	1600	33.90.30.15
ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	30001.10.301.00832.2.194		
HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO	30001.1030200852.202		
PROGRAMA MELHOR EM CASA	30001.10.302.0083.2.199		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (ADM)	30001.1012200812.190		
HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO	30001.1030200852.203		
SUB. VIG. EM SAÚDE	30001.10.305.00862.208		
VIG. EM SAÚDE (DIVISÃO DE VIG. E FISC. SANITÁRIA)	30001.10.302.00862.212		
CEREST	30001.10.302.00862.212		
GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL	30001.10.302.0083.2.198		
CAPS i			
CAPS III			
CAPS AD			
RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS			

8.2 *Plano Interno:* As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

8.3 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência

8.4 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

8.5 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8.6 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9 DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

10 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2493/23 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 10.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.2 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 10.1.3 FGTS;
- 10.1.4 PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 10.1.5 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 10.1.6 Estadual CND – Referente ao ICMS;
- 10.2 A Nota Fiscal deverá conter identificação do Banco, número da agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.
- 10.3 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.
- 10.4 Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 10.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;
- 10.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
 - a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 10.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

- 10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.13 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.14 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.
- 11.2 O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 Descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.
- 12.2 Comete infração administrativa:
- 12.2.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.2.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.2.3 dar causa à inexecução total do contrato;
 - 12.2.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 12.2.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 12.2.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.2.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 12.2.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 12.2.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.2.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 12.2.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.2.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.4 Com fulcro no artigo 156 da Lei 14.133/21, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 30.999/2023

RUBRICA: _____ FOLHA: ____

12.4.1 Advertência;

12.4.2 Multa de até 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

12.4.3 Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

12.5 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nos artigos 157 e 158 da Lei n.º 14.133/21.

12.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, o caráter educativo da pena, dano causado à administração, as peculiaridades do caso concreto e as circunstâncias agravantes e atenuantes, observado o princípio da proporcionalidade.

Nova Friburgo/RJ, 15 de fevereiro de 2024.

Termo de Referência elaborado por:

Higor de Barros Pinto
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Mat: 063.344

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Saúde
Matr.: 063.454